

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.336/0001-21

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Table with 4 main sections: Balanços Patrimoniais, Demonstração de Resultados, Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, and Demonstrações do Valor Adicionado. Includes columns for 31/12/2025 and 31/12/2024.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Rota dos Coqueiros" ou "Companhia"), com sede em Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objetivo a exploração, mediante concessão patrocinada, responsável pela construção, operação, manutenção e conservação do Sistema Viário do Paiva. A via litorânea tem 6,5 km de extensão e uma Ponte Arquitecto Wilson Campos Júnior, com 320 m, a qual liga os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 03 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010. Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Monte Rodovias Nordeste Holding Participações Societárias S.A. ("MRNE") e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. ("Monte Rodovias"), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia. Em 28 de maio de 2025, foi publicada no DOE a Resolução ARPE nº 297, com as novas Tarifas de Pedágio da CRC vigentes a partir de 14 de junho de 2025, consolidando os resultados dos processos de reequilíbrio e reajuste contratual. 2. Base de preparação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. i. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 14: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; Notas explicativas 12 e 13: reconhecimento e mensuração de provisões para contingências e provisão para manutenção; principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. ii. Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 3. Políticas contábeis materiais: As políticas e práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. (a) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Redução do valor recuperável: Ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos

financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. (a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data de avaliação. (b) Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. (c) Ativos intangíveis e ágios: Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis: A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear a qual está limitado ao prazo final da concessão. Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração: Os outros intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os outros intangíveis da Companhia são softwares e tem a taxa de amortização de 20% a.a. (d) Custo de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. (e) Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos relativos a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para manutenção: A provisão para manutenção representa os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do encerramento do exercício. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, considerando as particularidades eventualmente existentes, em cada contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Provisão para contingências: A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. A Companhia reconhece provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais, administrativos, civis, trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação, resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda incluiu a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. (f) Arrendamentos - CPC 06 (R2) : No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, a partir da data de início do arrendamento, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incre-

mental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos, e remensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera a que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$2), utilizando, portanto, as isenções previstas em norma vigente. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. (g) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As Concessionárias são beneficiárias do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudos Constitutivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. A despesa com imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua aplicação, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos previstos nas legislações pertinentes, na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido: Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os livros fiscais e contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis irrelevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos é realizada com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço e reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar o líquido seus ativos e passivos e são mensurados Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. (h) Resultado por ação: O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da

Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores. (i) Reconhecimento da receita: Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de maneira confiável. Receitas de pedágio: A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente. Receitas de construção: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias na infraestrutura estabelecidas nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia e de acordo com a interpretação Técnica ICP 01 (R1) - "Contratos de concessão", que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo acrescido de margem. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. Receitas acessórias: As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos da concessão ou quando da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. (j) Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. (k) Benefícios a empregados - Plano de Contribuição Definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. (l) Demonstração do valor adicionado (DVA) : A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, em conformidade com as demais normas técnicas aplicáveis às companhias abertas. 4. Novas normas interpretações: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, e não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações financeiras da Companhia: • IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis; O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. (i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. (ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMS) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. (iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está em processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 27/03/2026 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

exposta aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade não conseguir garantias ou novos financiamentos perante instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025

Table with 2 columns: Item, Value. Includes Fornecedores, Debêntures, Passivo de arrendamento, Total.

Em 31 de dezembro de 2024

Table with 2 columns: Item, Value. Includes Fornecedores, Debêntures, Passivo de arrendamento, Total.

Table with 5 columns: Valor contábil, Total, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos.

d) Risco de crédito: As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida.

Indicador 2025 2026 2027 2028 2029. CDI (*) 14,3% 13,4% 12,0% 10,6% 10,6%. IPCA (**) 4,5% 4,0% 4,0% 3,5% 3,5%.

Table with 4 columns: Indicador, Cenário I, Cenário II, Cenário III. Includes CDI, IPCA.

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2025 a 2029 das taxas apresentadas acima. (iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - CDI.

Table with 4 columns: Instrumento, Vencimento, Risco, Cenário. Includes Aplicação financeira.

Table with 4 columns: Instrumento, Vencimento, Risco, Cenário. Includes Debentures - CRC.

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

8. Intangível: Saldo em 2024 Adições (b) Saldo em 2025. Intangível em infraestrutura. Direito de concessão de serviços públicos.

Table with 6 columns: Nota, Mensuração, Contábil, Valor Justo, Contábil, Valor Justo. Includes Ativos, conforme balanço patrimonial.

Table with 6 columns: Mensuração, Nota, Contábil, Valor Justo, Contábil, Valor Justo. Includes Passivos, conforme balanço patrimonial.

Caixa e Bancos 1.891 861. Aplicações financeiras (a) 54.577 38.919. Total 56.468 39.780.

Meios de pagamentos eletrônicos (i) 1.084 965. Demanda de risco (ii) 338 769.

12. Provisão para contingências: a) Composição da provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeriam o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa.

Table with 3 columns: Cíveis, Trabalhistas, Total. Includes Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

13. Provisão para manutenção: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldo de R\$ 645 (R\$ 497 em 31 de dezembro de 2024) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura.

Table with 4 columns: Saldo em 2023, Adições, Transferências, Saldo em 2024. Includes Custos de pessoal.

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

16. Receitas: 2025 2026. Receitas de pedágio 28.837 24.790. Demanda de risco (a) 4.014 4.856.

Receitas acessórias (f) 334 113. Impostos e contribuições sobre serviços (2.975) (2.576).

Receita líquida de serviços 30.188 27.183. Receita de construção 1.146 3.686.

Receita líquida 31.334 30.869. (a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão.

17. Custos por natureza: 2025 2026. Custos de pessoal (i) 2.448 (1.608). Serviços de terceiros (1.589) (1.876).

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

Saldo em 2023 Adições Transferências Saldo em 2024. Custos de pessoal 2.448 (1.608). Serviços de terceiros (1.589) (1.876).

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

11. Debêntures: a) Composição das debêntures: Contra-tante Vencimento Moeda Encargos IPCA + 7,87%.

Saldo em 31 de dezembro de 2023 59.544. (+) Juros incorridos 8.118. (-) Juros pagos (5.011).

Saldo em 31 de dezembro de 2024 62.703. (+) Juros incorridos 8.194. (-) Juros pagos (5.216).

Saldo em 31 de dezembro de 2025 65.384. (+) Juros incorridos 8.194. (-) Juros pagos (5.216).

12. Provisão para contingências: a) Composição da provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeriam o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa.

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

16. Receitas: 2025 2026. Receitas de pedágio 28.837 24.790. Demanda de risco (a) 4.014 4.856.

Receitas acessórias (f) 334 113. Impostos e contribuições sobre serviços (2.975) (2.576).

Receita líquida de serviços 30.188 27.183. Receita de construção 1.146 3.686.

Receita líquida 31.334 30.869. (a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão.

17. Custos por natureza: 2025 2026. Custos de pessoal (i) 2.448 (1.608). Serviços de terceiros (1.589) (1.876).

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

16. Receitas: 2025 2026. Receitas de pedágio 28.837 24.790. Demanda de risco (a) 4.014 4.856.

Receitas acessórias (f) 334 113. Impostos e contribuições sobre serviços (2.975) (2.576).

Receita líquida de serviços 30.188 27.183. Receita de construção 1.146 3.686.

Receita líquida 31.334 30.869. (a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão.

17. Custos por natureza: 2025 2026. Custos de pessoal (i) 2.448 (1.608). Serviços de terceiros (1.589) (1.876).

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

11. Debêntures: a) Composição das debêntures: Contra-tante Vencimento Moeda Encargos IPCA + 7,87%.

Saldo em 31 de dezembro de 2023 59.544. (+) Juros incorridos 8.118. (-) Juros pagos (5.011).

Saldo em 31 de dezembro de 2024 62.703. (+) Juros incorridos 8.194. (-) Juros pagos (5.216).

Saldo em 31 de dezembro de 2025 65.384. (+) Juros incorridos 8.194. (-) Juros pagos (5.216).

12. Provisão para contingências: a) Composição da provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeriam o registro contábil de provisão e divulgação em nota explicativa.

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

16. Receitas: 2025 2026. Receitas de pedágio 28.837 24.790. Demanda de risco (a) 4.014 4.856.

Receitas acessórias (f) 334 113. Impostos e contribuições sobre serviços (2.975) (2.576).

Receita líquida de serviços 30.188 27.183. Receita de construção 1.146 3.686.

Receita líquida 31.334 30.869. (a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão.

17. Custos por natureza: 2025 2026. Custos de pessoal (i) 2.448 (1.608). Serviços de terceiros (1.589) (1.876).

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.

16. Receitas: 2025 2026. Receitas de pedágio 28.837 24.790. Demanda de risco (a) 4.014 4.856.

Receitas acessórias (f) 334 113. Impostos e contribuições sobre serviços (2.975) (2.576).

Receita líquida de serviços 30.188 27.183. Receita de construção 1.146 3.686.

Receita líquida 31.334 30.869. (a) Conforme definido no contrato de concessão, havendo variação significativa no volume de tráfego em relação ao inicialmente projetado no edital da concessão.

17. Custos por natureza: 2025 2026. Custos de pessoal (i) 2.448 (1.608). Serviços de terceiros (1.589) (1.876).

Saldo em 31 de dezembro de 2023 907. (+) Adições 65. (-) Reversões 25.

Saldo em 31 de dezembro de 2024 65. (+) Adições 149. (-) Reversões 13.

Saldo em 31 de dezembro de 2025 162. (+) Adições 65. (-) Reversões 162.



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 27/03/2026 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
dos custos com pessoal é justificado pela reversão da provisão de participação nos resultados ocorrida em 2024. 18. Despesas gerais e administrativas por natureza:														
Despesas de pessoal	(1.034)	(885)												
Services de terceiros	(803)	(723)												
Materiais, equipamentos e veículos	(254)	(257)												
Seguros/Garantias	(421)	(382)												
Provisão para contingências (i)	(18)	829												
Licenças de software/telecomunicações	(664)	(622)												
Gastos gerais	(859)	(687)												
Depreciação e amortização	(143)	(137)												
Total	(4.196)	(2.864)												
(i) A variação verificada no período decorre da baixa da provisão relacionada à ação judicial de desapropriação nº 0010646-30.2023.8.17.2810. Trata-se de cumprimento de sentença decorrente de processo de desapropriação referente a um loteamento localizado em Barra de Jangada, Jaboatão dos Guararapes. Em 2024, a Concessionária realizou o pagamento do valor de R\$ 772 mil referente ao cumprimento da sentença, o que resultou na baixa do valor provisionado.														
19. Resultado financeiro, líquido:														
Rendimentos de aplicação financeira	6.202	3.532												
Atualização monetária ativa	16	42												
Impostos sobre receita financeira	(291)	(179)												
Outras receitas financeiras	99	495												
Receitas financeiras	6.026	3.890												
Juros de debentures	(8.194)	(8.118)												
Juros de contratos de arrendamento	(79)	(39)												
Atualização monetária passiva	(234)	(26)												
Outras despesas financeiras	(738)	(825)												
Despesas financeiras	(9.245)	(9.008)												
Resultado financeiro, líquido	(3.219)	(5.118)												
20. Lucro por ação: O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício.														
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	10.732	8.795												
Quantidade de ações ordinárias em circulação (milhares)	26.150	26.150												
Lucro por ação básico e diluído ação - Em Reais	410,40	336,33												

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	59.544	400	1.079	2.069	63.092									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(327)	(400)	(692)	(2.069)	(3.488)									
Variáveis nos valores justos	379	379	252	252	252									
Outras variações	8.118	5.011	26	26	26									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

pedágio; (iii) comparar toda receita reconhecida no exercício com os respectivos recebimentos financeiros; (iv) com base amostral, realizar inspeção documental para validar integridade e precisão dos dados utilizados no extrato bancário; (v) avaliarmos se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de pedágio, entendemos que os critérios para o reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos - Demonstrações de valor adicionado:** As demonstrações, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Diego Feliciano Irineu
Contador - CRC 1SP23212/O-2

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(683)	(683)	(1.337)	(683)	(683)									
Variáveis nos valores justos	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Outras variações	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Novos arrendamentos (i)	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(683)	(683)	(1.337)	(683)	(683)									
Variáveis nos valores justos	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Outras variações	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Novos arrendamentos (i)	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(683)	(683)	(1.337)	(683)	(683)									
Variáveis nos valores justos	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Outras variações	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Novos arrendamentos (i)	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(683)	(683)	(1.337)	(683)	(683)									
Variáveis nos valores justos	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Outras variações	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Novos arrendamentos (i)	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(683)	(683)	(1.337)	(683)	(683)									
Variáveis nos valores justos	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Outras variações	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Novos arrendamentos (i)	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(683)	(683)	(1.337)	(683)	(683)									
Variáveis nos valores justos	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Outras variações	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Novos arrendamentos (i)	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(683)	(683)	(1.337)	(683)	(683)									
Variáveis nos valores justos	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Outras variações	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Novos arrendamentos (i)	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(683)	(683)	(1.337)	(683)	(683)									
Variáveis nos valores justos	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Outras variações	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									
Novos arrendamentos (i)	1.995	1.995	1.995	1.995	1.995									

31/12/2025		31/12/2024		Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.				Debêntures			Arrendamentos			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	62.703	354	654	654	654									
Variáveis dos fluxos de caixa de financiamento	(683)	(683)	(1.337)	(683)	(683)			</						